



Portal do Docente

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

EMITIDO EM 07/11/2025 11:44



Esta ação não faz parte de outros projetos ou programas de extensão

DADOS DA AÇÃO DE EXTENSÃO**DADOS GERAIS**

Código:	PJ08/2025-CCHL-166-NVPJ/PG		
Título:	PROJETO FORTALECER: núcleo acadêmico multidisciplinar de acesso a direitos, justiça, cidadania e reintegração social		
Categoria:	PROJETO	Abrangência:	INTERINSTITUCIONAL
Ano:	2025	Período:	01/10/2025 a 01/10/2027
Área do CNPq:	Ciências Sociais Aplicadas	Área Principal:	DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
Nº Bolsas Solicitadas:	0	Nº Bolsas Concedidas:	0
Público Alvo Interno:	Estudantes da graduação e da pós-graduação		
Público Alvo Externo:	Pessoas privadas de liberdade, bem como pessoas egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica, assim como de seus familiares		
Público Estimado Interno:	200 pessoas	Público Estimado Externo:	1800 pessoas
Tipo de Ação:	ATIVIDADE DE DISCUSSAO DE TEMAS E CONCEITOS		
Situação:	AÇÃO CADASTRADA		

LOCAL DE REALIZAÇÃO

Estado	Município	Bairro	Espaço Realização
Piauí	Teresina	Ininga	Sala do Projeto Fortalecer / Campus Ministro Petrônio Portella - UFPI

PARCERIAS COM OUTRAS INSTITUIÇÕES**Instituição**

Escritório Social / Secretaria de Justiça - SEJUS
 Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz-PI
 Coletivo Mulheres em Pauta
 Defensoria Pública do Estado do Piauí (DPE-PI)
 Instituto Federal do Piauí (IFPI)
 Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA)
 Central Integrada de Alternativas Penais - CIAP / Secretaria de Justiça - SEJUS

DETALHES DA AÇÃO**Resumo:**

O projeto Fortalecer está vinculado ao Programa de Promoção de Direitos Humanos, Sociais e Cidadania - PRAIDH, e objetiva implementar Núcleos acadêmicos multidisciplinares, com apoio técnico a Defensoria Pública do Estado do Piauí, visando o acesso à justiça, cidadania, reintegração social, cuidados com a saúde mental e direitos a Pessoas privadas de liberdade que se encontram na PENITENCIÁRIA MISTA JUIZ FONTES IBIAPINA – PARNAÍBA (prioritária no projeto), na PENITENCIÁRIA FEMININA DE TERESINA e na PENITENCIÁRIA ADALBERTO DE MOURA SANTOS – FEMININA DE PICOS, egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica, assim como de seus familiares..
INSTITUIÇÃO INTERVENIENTE:
Defensoria Pública do Estado do Piauí (DPE-PI)
INSTITUIÇÕES PARCEIRAS:
Instituto Federal do Piauí (IFPI)

Fundamentação Teórica:

A concepção moderna de cárcere é uma construção do século XVIII, cujo escopo estava voltado para o disciplinamento dos comportamentos e dos corpos no contexto da ordem societária do capital com o desenvolvimento de estratégias de vigilância, controle e punição cujas penas incidiam na privação da liberdade (Foucault, 1987). Na América Latina e no Brasil a afirmação do cárcere historicamente esteve articulada aos processos de controle e de gestão do trabalho, considerando as bases do capitalismo dependente e periférico, bem como as diretrizes de controle político-social, ancoradas em explorações e opressões (França, 2023). De modo que no processo de consolidação da instituição prisional como forma de punição das práticas criminalizadas, as penas historicamente atribuídas a homens e mulheres apresentam-se de formas distintas, visto que, para o gênero masculino esperava-se tornar o homem mais produtivo e funcional no que se refere ao trabalho, contudo, em relação às mulheres, o cárcere historicamente esteve voltado para a adequação destas aos padrões sociais hegemônicos (Cury; Menegaz, 2017), ancorados no patriarcado, cujos desdobramentos se articulam com outras estruturas que ensejam desigualdades, discriminações e violências, a exemplo do racismo e o sexismo. Por sua vez, a Constituição Federal de 1988, enquanto pilar do Estado Democrático de Direito brasileiro, dispõe em seu artigo 5º um conjunto de conteúdos que abrangem os direitos individuais e coletivos, sendo que em seu artigo 6º, estabelece os direitos sociais, visando a construção de uma ordem societária mais justa e mais igualitária. Considerando o projeto democratizante advindo da CF/1988, os direitos e garantias constitucionais visam, sobretudo, a garantia da liberdade como um direito, bem como a dignidade humana, cujos escopos precisam ser buscados pelo Estado e pela sociedade como um todo. Nesse contexto, o artigo 14 da Lei de Execução Penal brasileira dispõe sobre os direitos das pessoas privadas de liberdade, com o estabelecimento de garantias àqueles(as) que incidem em transgressão às normas penais, trazendo importantes aportes para o ordenamento jurídico brasileiro. Nesse sentido, em conformidade com o artigo 41 da referida Lei são direitos das pessoas privadas de liberdade: "I - alimentação suficiente e vestuário; II - atribuição de trabalho e sua remuneração; III - Previdência Social; IV - constituição de pecúlio; V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação; VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena; VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa; VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo; IX - entrevista pessoal e reservada com o advogado; X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados; XI - chamamento nominal; XII - igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização" (Dias, 2024, p. 9). Contudo, considerando os processos de formação sócio-histórica brasileira, bem como as estruturas de desigualdades ancoradas no racismo, no patriarcado e no sexismo, estas estruturas perpassam e são (re)produzidas no âmbito do sistema de justiça criminal, considerando as bases da sociedade cis-hetero-patriarcal-racista capitalista, histórica e socialmente construída no Brasil, ancorada em sistemas racializados de controle social (Borges, 2019). Atualmente o Brasil possui aproximadamente 832 mil pessoas privadas de liberdade, havendo um processo de encarceramento em massa e uma superlotação nas prisões, com um déficit de vagas que corresponde a mais de 236 mil. Em relação às mulheres, a maioria das que se encontram privadas de liberdade é preta ou parda (62%), em relação à escolaridade, significativa parcela não concluiu o ensino fundamental (66%) e são pessoas jovens na faixa etária de até 29 anos (59%) (INFOPEN Mulheres, 2018). Atualmente, a análise do Mecanismo Nacional de Prevenção (MNPCT), mostrou que o Brasil apresenta um elevado número de mulheres privadas de liberdade (condenadas e provisórias). No que se refere às prisões preventivas, são 8,568 mulheres em situação de prisão. Cabe destacar ainda, a presença de 312 mulheres presas com deficiência no sistema prisional brasileiro. É importante destacar ainda os seguintes dados: a) mulheres condenadas: 18,876; b) mulheres grávidas na prisão: 230; c) mulheres estrangeiras presas: 269. Em relação aos recursos humanos dos estabelecimentos prisionais, 31,815 (27%) são agentes prisionais femininos (MNPCT, 2024, p. 3). Em relação aos documentos normativos que dispõem sobre a garantia de direitos das mulheres privadas de liberdade, considerando as particularidades que estas apresentam, inclusive em

relação à maternidade, cabe destacar as seguintes: a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; b) Decreto-Lei nº 3689/1941 – Código de Processo Penal (CPP); c) Lei nº 7210/84 – Lei de Execução Penal (LEP); d) Lei nº 8069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que prevê os direitos das crianças e adolescente e as diretrizes a proteção a estes direitos; e) Portaria Interministerial nº 210 de 16/01/2014 – Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE); f) Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014 – Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), que garante a atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade pelo sistema prisional brasileiro; g) as Regras de Bangkok, que estabelecem importantes diretrizes no que se refere a garantia de direitos das mulheres em situação de prisão (Calaça, 2024). Por sua vez, quando se analisa pelo viés econômico, pode-se apreender que em conformidade com os dados CadÚnico relativos ao ano de 2018, a renda familiar per capita das mulheres em privação de liberdade correspondia a R\$ 40,00 mensais, sendo que esse dado relativo a mulheres que se encontravam em liberdade era de aproximadamente R\$ 100,00. Por outro lado, em relação a tipologia dos crimes, mais da metade das mulheres que se encontram privadas de liberdade incidiram em práticas relacionadas ao tráfico de drogas (Dias, 2024). Em conformidade com o artigo 1º da Lei de Execução Penal brasileira, para além da efetivação das disposições da sentença ou da decisão criminal, o objetivo da execução penal é, também, proporcionar as condições necessárias à integração social com a garantia das condições de cumprimento de pena e de acesso a direitos e a justiça, sendo, a liberdade um direito primordial assegurado em nosso ordenamento jurídico. Em 2021 havia 2.845 presos provisórios no Piauí, o que representa um percentual de “41% do universo da população carcerária do referido estado. De modo que a composição do sistema prisional estadual é similar à realidade nacional, sendo que a principal discrepância está na comparação entre presos provisórios e em execução definitiva, pois, no Piauí”, e, proporcionalmente “há menos quantidade daqueles em relação a estes. Uma possibilidade para tal cenário, talvez seja a priorização de processos de réus presos e a reavaliação da prisão” (Costa; França, 2023, p. 310). Em 2021 havia os seguintes estabelecimentos prisionais no Estado do Piauí: “03 unidades penais no município de Altos, 01 em Bom Jesus, 01 em Campo Maior, 01 em Esperantina, 01 em Floriano, 01 em Oeiras, 01 em Parnaíba, 02 em Picos, 01 em São Raimundo Nonato e 05 em Teresina”. Nesse contexto, o relatório do Conselho Nacional de Justiça com base nos dados das inspeções nos estabelecimentos penais mostra que a maioria deles não apresenta boas condições de funcionamento (Bezerra; França, 2023, p. 274). Grande parte das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional piauiense é formada por pessoas jovens do sexo masculino, na faixa etária de 25 a 29 anos “(907 em 2019 e 1.255 em 2021)”. Por outro lado, os dados mostram que “a população prisional cresceu e as infrações criminais também, o que demonstra que não é o encarceramento que irá dar resolutividade ao problema da criminalidade (Monteiro; Cardoso, 2013)”, sendo essencial refletir sobre as desigualdades historicamente construídas com a adoção de estratégias de enfrentamento. Em “relação à escolaridade a grande maioria das pessoas inseridas no sistema prisional piauiense em 2019 e 2021 tem apenas o ensino fundamental incompleto (2.191 e 3.089), respectivamente”. Nesse sentido, “o maior contingente de pessoas com baixa escolaridade é constituído por mulheres, o que aponta para o fato de que o cárcere reafirma as desigualdades de gênero, de raça/etnia e de classe construídas na realidade brasileira” (França, 2023, p. 246). Em “relação ao tempo total das penas nos anos 2019 e 2021 há a prevalência das penas de mais de 4 até 8 anos, correspondendo a 590 e 329, bem como de mais de 8 até 15 anos, quais sejam, 508 e 443, respectivamente”. Embora a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), em seu capítulo II, seção I, preconize que a “assistência ao preso, ao internado e ao egresso é dever do Estado, devendo ser esta assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa” (Rangel, 2016, p. 4), de modo geral, a garantia desses direitos não tem sido efetivada” (França, 2023, p. 247). A “grande maioria das pessoas encarceradas no Piauí em 2019 e 2021 é constituída por homens pretos (409 e 346) e pardos (1.941 e 1.978), respectivamente”. Assim, “pode-se apreender as estruturas socialmente construídas nas quais a pessoa negra tem sido historicamente colocada numa posição de subalternidade por meio de um processo de seletividade ancorado no racismo estrutural (Cruz, 2018)”, considerando que significativa parcela da população encarcerada é constituída por pessoas pobres, negras e periféricas (França, 2023, p. 245). Por sua vez, as “atividades laborais ofertadas nos estabelecimentos penais do estado do Piauí estão centradas, dentre outros, na produção de artefatos de concreto, blocos e tijolos, serviços de padaria e panificação, corte e costura industrial, artesanato, marcenaria e serralheria” (Leal, 2023, p. 58). Nesse sentido, cabe destacar que “a população prisional com acesso a trabalho no Piauí, no período de julho a dezembro de 2022, correspondeu a 785 homens e 42 mulheres em atividades laborais internas, e 186 homens e 1 mulheres inseridas em atividades laborais externas” (Leal, 2023, p. 59). Em relação às atividades educacionais, do sistema prisional piauiense, cabe salientar que “13 unidades penais possuem sala de aula, 1 unidade possui sala de informática, 8 estabelecimentos possuem biblioteca e 3 penitenciárias possuem sala de professores (SISDEPEN, 2022)”. Nesse contexto, “346 presos estão cursando a alfabetização, 1.529 o ensino fundamental, 614 o ensino médio e 2 detentos o ensino superior (SISDEPEN, 2022)” (Leal, 2023, p. 59). Apesar de todos os estabelecimentos penais do estado do Piauí terem “pessoas estudando (SISDEPEN, 2022), é possível perceber que há um índice reduzido, considerando a quantidade de presos/as e as condições dos estabelecimentos penais existentes”. Considerando que o “Estado é a principal base para se garantir a educação de homens e mulheres, ‘devem ser traçadas estratégias a fim de resolver o problema da vulnerabilidade social de pessoas que se encontram em privação de liberdade e, particularmente, daquelas que vivem em condições de pobreza’” (Cardoso; Bomfim, 2022, p. 168) (Leal, 2023, p. 62). Considerando a realidade ora apresentada e o escopo da presente proposta do Projeto Fortalecer, as ações de extensão universitária as ações do presente projeto objetivam a implementação de núcleos acadêmicos multidisciplinares, com apoio técnico a Defensoria Pública, visando o acesso à justiça, cidadania, reintegração social, cuidados com a saúde mental e direitos de pessoas privadas de liberdade, na PENITENCIÁRIA MISTA JUIZ FONTES IBIAPINA – PARNAÍBA (prioritária no projeto), na PENITENCIÁRIA FEMININA DE TERESINA e na PENITENCIÁRIA ADALBERTO DE MOURA SANTOS – FEMININA DE PICOS, bem como pessoas egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica, assim como de seus familiares. A PENITENCIÁRIA MISTA JUIZ FONTES IBIAPINA – PARNAÍBA está situada à Avenida Álvaro Mendes, s/n, Nova Parnaíba, Parnaíba-PI, atualmente, conta com 567 pessoas privadas de liberdade para uma capacidade estimada em 176 detentos/as pela Secretaria de Justiça (SEJUS), sendo, portanto, o estabelecimento prisional com maior superlotação no estado do Piauí. Nesse sentido, a presente proposta visa ofertar atendimentos às pessoas privadas de liberdade que se encontram na referida unidade prisional, com atendimentos, acompanhamentos e encaminhamentos por meio de núcleos acadêmicos multidisciplinares (Direito, Serviço Social e Psicologia), com a disponibilização de apoio técnico à Defensoria Pública do Estado do Piauí, visando o acesso à justiça, cidadania. Atualmente, a PENITENCIÁRIA MISTA JUIZ FONTES IBIAPINA – PARNAÍBA apresenta um contingente de 65 mulheres e 660 homens, com 21 mulheres e 337 homens em cumprimento de pena em meio fechado (Sisdepen, 2025). A Penitenciária Gardênia Gomes Lima Amorim - Feminina Teresina está situada à BR 316, km 7, Bairro Santo Antônio, Teresina-PI, tem uma capacidade projetada para atendimento a 103 mulheres e 9 homens. Contudo, atende a 177 mulheres e 01 homem. Em relação ao trabalho interno, tem-se a presença de 47 mulheres e 1 homem. No que se refere ao trabalho externo, tem-se 2 mulheres e nenhum homem. No que se refere às vagas ofertadas para estudo na unidade, 33 são do sexo feminino e 01 do sexo masculino. Destaque-se que a Penitenciária Feminina de Teresina é “dividida em 02 (dois) pavilhões: O pavilhão A possui 05 (cinco) celas de convívio e 01 (uma) cela disciplinar, utilizadas em situações de infrações disciplinares das detentas. O pavilhão B possui 09 (nove) celas de convívio, 07 (sete) de triagem e 02 (duas) celas disciplinares (VELOSO, 2021, p. 50)” (Leal, 2023, p. 68). No que se refere à relação à faixa etária, considerando o período de julho a dezembro de 2022 “havia 24 mulheres entre 18 a 24 anos; 23 mulheres entre 25 a 29 anos; 19 mulheres entre 30 a 34 anos; 32 mulheres entre 35 a 45 anos; 13 mulheres entre 46 a 60 anos e nenhuma presa idosa com mais de 60 anos (SISDEPEN, 2022)”. No que se refere a “faixa etária com maior frequência percebe-se que são as mulheres entre 35 a 45 anos” (Leal, 2023, p. 73). A Penitenciária Adalberto de Moura Santos - Feminina Picos está situada à Rua Monsenhor Hipólito, s/n, Centro, Picos-PI. A mesma tem uma capacidade projetada para 13 pessoas, sendo que atualmente encontra-se com 23 mulheres privadas de liberdade, sendo 10 provisórias.

Objetivos Gerais:

- Promover o acesso à justiça, cidadania, aos cuidados com a saúde mental e direitos de pessoas privadas de liberdade, egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica; assim como de seus familiares, por meio de núcleos acadêmicos multidisciplinares, com a disponibilização de apoio técnico à Defensoria Pública do Estado do Piauí.

Objetivos Específicos:

- Instalar os núcleos de acadêmicos de atendimentos e acesso à direitos no âmbito do Sistema Prisional, das Universidades Federais e institutos Federais; em todo território nacional com a disponibilização de apoio técnico à Defensoria Pública do Estado do Piauí em articulação com o Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Apoiar a implementação de serviços de assessoria jurídica popular e gratuita para pessoas privadas de liberdade, visando o acesso à justiça e a proteção e defesa dos Direitos Humanos e a prevenção e combate à violência institucional;
- Promover o acesso à justiça para a população privada de liberdade, egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoradas eletronicamente, bem como aos respectivos familiares;
- Contribuir para a superação das vulnerabilidades sociais e acesso a direitos, das pessoas privadas de liberdade, egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais e monitoradas eletronicamente, pessoas pós audiência de custódia, bem como aos respectivos familiares;
- Promover a prática extensionista e a formação dos estudantes nos contextos sociais e políticos em que estão inseridos;
- Desempenhar ações de prevenção e combate à violência institucional no sistema prisional, por meio da participação social para a construção de uma concepção crítica das ciências criminais, notadamente a execução penal, por parte de docentes, pesquisadores, pesquisadoras, discentes e sociedade;
- Fortalecer o papel da universidade no apoio à emancipação social de grupos vulneráveis.

Justificativa:

O Projeto Fortalecer, em âmbito nacional, é ofertado por instituições acadêmicas federais previamente selecionadas (a UFPI foi aprovada em primeiro lugar na seleção), por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, representado pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), em conjunto com a Secretaria de Acesso à Justiça (SAJU), Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD) e Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON), com o objetivo de implementar núcleos acadêmicos de atendimento e acesso a direitos, em parceria com Instituições de Ensino Superior Federais e com apoio das Defensorias Públicas dos Estados e do Distrito

Federal.

No âmbito da UFPI, o projeto Fortalecer está vinculado ao Programa de Promoção de Direitos Humanos, Sociais e Cidadania - PRAIDH, e objetiva implementar Núcleos acadêmicos multidisciplinares, com apoio técnico a Defensoria Pública do Estado do Piauí, visando o acesso à justiça, cidadania, reintegração social, cuidados com a saúde mental e direitos a Pessoas privadas de liberdade que se encontram na PENITENCIÁRIA MISTA JUIZ FONTES IBIAPINA - PARNAÍBA (prioritária no projeto), na PENITENCIÁRIA FEMININA DE TERESINA e na PENITENCIÁRIA ADALBERTO DE MOURA SANTOS - FEMININA DE PICOS, egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica, assim como de seus familiares.

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) foi criada pela Lei nº 5.528, de 12 de novembro de 1968, e, oficialmente instalada em 1 de março de 1971, e se constitui em uma instituição federal de ensino superior situada na cidade de Teresina, Piauí, que atualmente possui outros 03 (três) campus localizados no município de Picos (Campus Senador Helvídio Nunes de Barros); no município de Bom Jesus (Campus Prof.ª Cinobelina Elvas) e no município de Floriano (Campus Amílcar Ferreira Sobral). Atualmente, a UFPI possui 11 (onze) unidades acadêmicas (centros e campi), com a oferta de cursos de graduação (bacharelados e licenciaturas), bem como de pós-graduação stricto sensu (mestrados e doutorados) e lato sensu (especialização), além da oferta de cursos de ensino básico, técnico e tecnológico, com atividades desenvolvidas em 03 (três) colégios técnicos.

Assim, a UFPI apresenta capacidade técnica e operacional de excelência, considerando o tripé ensino, pesquisa e extensão, com profícua interlocução com a comunidade, tendo em vista promover a proteção social a partir de seus campos de atuação, bem como a garantia de direitos, notadamente no que se refere aos segmentos populacionais historicamente excluídos dos bens e serviços socialmente ofertados, primando por uma formação crítica, ampla e humanística com compromisso ético e político, tendo em vista o fortalecimento da democracia e defesa da cidadania.

Nesse sentido, a Universidade Federal do Piauí tem uma vasta e reconhecida trajetória de atuação por meio de ações extensionistas, contribuindo efetivamente para o enfrentamento das questões que afetam a sociedade. Nesse sentido, apresenta uma capacidade técnica e operacional de excelência, bem como um ambiente acadêmico que contribui de forma qualificada para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais, notadamente, considerando que tem como linha prioritária para o desenvolvimento de programas, projetos e outras ações de extensão voltadas para o atendimento às necessidades e demandas apresentadas pelos segmentos e grupos sociais vulneráveis, visando o acesso a direitos e a justiça.

Considerando o panorama apresentado pelas políticas penais no Brasil atualmente, considera-se de fundamental importância o fomento às ações que promovam a garantia de direitos das pessoas privadas de liberdade, egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais.

O Projeto Fortalecer funcionará nas dependências da UFPI e fora dela, conforme plano de trabalho, com oferta de atendimento a pessoas privadas de liberdade, prioritariamente às mulheres apenadas, que se encontram na Penitenciária Mista Juiz Fontes Ibiapina, em Parnaíba (prioritária no projeto), na Penitenciária Gardênia Gomes Lima Amorim - Feminina de Teresina e na Penitenciária Adalberto de Moura Santos - Feminina de Picos, sejam elas em regime fechado ou em regime semiaberto, às egressas e às suas famílias, bem como a pessoas em cumprimento de alternativas penais, pós audiência de custódia e em monitoração eletrônica, assim como a seus familiares, com serviços de assistência nas áreas jurídica (atendendo às demandas da Defensoria Pública do Estado do Piauí-DPE/PI), social, psicológica, de saúde e educacionais.

O Brasil registra atualmente 648.480 pessoas privadas de liberdade em celas físicas do sistema prisional, além de 201.380 em cumprimento de prisão domiciliar. Cabe ainda destacar o total de 175.315 pessoas em prisão provisória (SISDEPEN, 2023). Os dados supracitados representam o cenário bastante difícil, sendo fundamental o desenvolvimento de ações que atuem no enfrentamento do processo de encarceramento em massa e superlotação do sistema prisional (Brasil, 2024).

Por outro lado, as pessoas em situação de custódia experienciam variadas questões, políticas, sociais e até por ações das organizações criminosas. Nesse sentido, busca-se avançar na agenda de responsabilização penal extramuro, com o fortalecimento das pautas da Política Nacional de Alternativas Penais e de Monitoração Eletrônica, com atenção às pessoas monitoradas e em cumprimento de alternativas penais, com respeito à dignidade e liberdade (Brasil, 2024).

Nesse sentido, cabe destacar o importante papel que as ações extensionistas têm no âmbito da formação desenvolvida pela Universidade Federal do Piauí, considerando o tripé ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para uma formação de excelência, com competências e habilidades para compreender teoricamente, diagnosticar e intervir nas diversas realidades sociais.

Nesse sentido, é importante destacar que em 2023 a UFPI apresentou destaque em todos os níveis de ensino. No âmbito da graduação, foram diplomados/as 2.360 alunos/as em cursos na modalidade presencial e 493 alunos da graduação que cursaram na modalidade à distância, totalizando 2.853 profissionais graduados, o que representa um aumento de 13%, considerando que em 2022, o número de formados foi 2.530. No Ensino Médio, Técnico e Tecnológico, foram diplomados 362, enquanto em 2022 foram 263 formados, um aumento de 38%.

No âmbito da Pós-Graduação, em 2023 tiveram os seus respectivos cursos concluídos 245 especialistas, 315 mestres e 118 doutores, com um total de 678 pós-graduados. No que se refere ao ano de 2022, tiveram 562 titulados, havendo, assim, um aumento de 21% no referido período, o que mostra o empenho, o compromisso e a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão no âmbito da UFPI, considerando que esse trabalho está ancorado no referido tripé, que é indissociável, tendo em vista uma formação de qualidade e preparação para uma atuação qualificada e competente no mercado de trabalho.

No que se refere à extensão universitária, a UFPI apresentou importantes avanços, visto que em 2023 foram realizadas 1.127 atividades de extensão, com significativa ampliação quantitativa e qualitativa, visto que em 2022 haviam 815 ações extensionistas, o que representa um crescimento de 38%, sendo que em relação aos projetos de extensão houve uma ampliação no número, que passou de 236 para 328, com um crescimento de 39%. Em relação aos números de eventos de extensão no referido período ocorreu uma ampla ação no número de projetos, passando de 333 para 475, com uma ampliação de 42,7%, assim como nos cursos de extensão, cujo aumento foi de 233 para 313, com uma elevação de 34,4%.

No estado do Piauí, Parnaíba com uma população municipal de 162159 habitantes, 567 pessoas privadas de liberdade, sendo 272 sem condenação, o que corresponde a uma taxa de 47,9 pessoas sem condenação penal, é considerada prioritária considerando o escopo do edital de chamamento público do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SEI/MJ - 29997237). Por sua vez, Teresina, com uma população municipal de 866.300 habitantes, apresenta uma população prisional de 2.159 pessoas, sendo 641 sem condenação penal, o que corresponde a uma taxa de 29,6.

Desse modo, considerando a vasta experiência da Universidade Federal do Piauí no âmbito da extensão universitária e no que se refere à promoção de ações extensionistas incluindo o público alvo do presente projeto, o escopo do edital de chamamento público do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SEI/MJ - 29997237), bem como as vulnerabilidades e prioridades ora apresentadas, e visando dar um especial enfoque às mulheres privadas de liberdade, a presente proposta visa atender, a PENITENCIÁRIA MISTA JUIZ FONTES IBIAPINA - PARNAÍBA (prioritária no projeto), a Penitenciária Gardênia Gomes Lima Amorim - FEMININA DE TERESINA e a PENITENCIÁRIA ADALBERTO DE MOURA SANTOS - FEMININA DE PICO, com o desenvolvimento de um conjunto de ações voltadas para a realização de atendimentos, acompanhamentos e encaminhamentos por meio de núcleos acadêmicos multidisciplinares (Direito, Serviço Social e Psicologia), com a disponibilização de apoio técnico à Defensoria Pública do Estado do Piauí, visando o acesso à justiça, cidadania, reintegração social, cuidados com a saúde mental e direitos de pessoas privadas de liberdade, egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica, assim como de seus familiares.

Considerando a realidade ora apresentada, compreende-se que é fundamental o acompanhamento das vulnerabilidades apresentadas, com o enfrentamento das dificuldades de acesso à justiça e o fortalecimento dos cuidados de sua saúde mental. Por sua vez, serão viabilizadas as condições necessárias ao atendimento a pessoas que se apresentam às audiências de custódia, com a disponibilização de subsídios aos magistrados no que se refere aos conhecimentos que são importantes para o atendimento das demandas que se apresentam no que se refere à garantia de direitos e ao acesso à justiça.

Ademais, é fundamental o fornecimento de subsídios a manutenção da vida e liberdade de pessoas egressas do sistema prisional, em face da significativa estigmatização e vulnerabilidades que permeiam o público egresso quanto seus familiares. Portanto, é primordial ações de cidadania e reintegração social afetas às pessoas egressas com a garantia de direitos e a segurança cidadã.

Assim, em convergência, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP em 2011, por meio do Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária buscou adotar estratégias que favoreçam a garantia de direitos, indicando a necessidade de implementação de medidas para a ampliação de atividades no âmbito do sistema penal. Dessa forma, surge o Projeto "Fortalecer", que é uma iniciativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública que visa o fortalecimento e a ampliação da atuação das Defensorias Públicas Estaduais, buscando assegurar o acesso a direitos (Brasil, 2024).

Essa iniciativa tem um papel institucional relevante no acesso à justiça e cidadania das pessoas em processo de responsabilização penal, abarcando tanto as pessoas em situação de custódia, em cumprimento de alternativas penais e egressas do sistema prisional. Além do público diretamente implicado no sistema penal, as ações também são voltadas para os territórios em que o projeto será implementado, bem como estudantes de graduação e pós graduação (Brasil, 2024)

Metas:

- Instalação de 1 núcleo acadêmico de atendimento e acesso a direitos, visando a disponibilização de apoio técnico à Defensoria Pública do

Estado do Piauí, bem como apoio à Reintegração e proteção social de pessoas privadas de liberdade, em cumprimento de alternativas, penais, egressas e familiares, no âmbito do campus Ministro Petrônio Portella em Teresina-PI, com atendimento presencial e virtual durante 02 anos.

- Atendimento por meio de núcleo acadêmico multidisciplinar no campus Ministro Petrônio Portella em Teresina-PI, com apoio técnico à Defensoria Pública do Estado do Piauí, bem como apoio à Reintegração e proteção social, a pessoas privadas de liberdade, em cumprimento de alternativas penais, egressas e familiares, com atendimento presencial e virtual, sendo: 352 pessoas privadas de liberdade em formato presencial, com a seguinte meta mínima de atendimento mensal: 88 atendimentos jurídicos, 88 atendimentos psicológicos e 88 atendimentos do Serviço Social, durante 02 anos.
- Atendimento por meio de núcleo acadêmico multidisciplinar no campus Ministro Petrônio Portella em Teresina-PI, com apoio técnico à Defensoria Pública do Estado do Piauí, bem como apoio à Reintegração e proteção social, a pessoas privadas de liberdade, em cumprimento de alternativas penais, egressas e familiares, com atendimento presencial e virtual, sendo: 352 pessoas privadas de liberdade em formato presencial, com a seguinte meta mínima de atendimento mensal: 88 atendimentos jurídicos, 88 atendimentos psicológicos e 88 atendimentos do Serviço Social, em 2025, durante 02 anos.
- Prestação de atendimento em 03 unidades prisionais com mulheres privadas de liberdade no estado do Piauí, com atendimento jurídico, de Serviço Social e no âmbito da Psicologia, presencial e/ou virtual, na Penitenciária Mista de Parnaíba, na Penitenciária Feminina de Teresina e na Penitenciária Feminina de Picos, durante 02 anos.
- Desenvolvimento de 3 projetos de remição de pena pela leitura, cultura, lazer ou esporte, na Penitenciária Mista de Parnaíba, na Penitenciária Feminina de Teresina e na Penitenciária Feminina de Picos, durante 02 anos.

Atendimentos, encaminhamentos e acompanhamentos jurídicos, de Serviço Social e psicológicos às pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional, familiares e pessoas em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, em articulação com a CIAP/SEJUS e Escritório Social/ SEJUS, com 240 atendimentos jurídicos, 240 atendimentos na área da Psicologia e 120 do Serviço Social, mensalmente (número de atendimentos realizados a cada mês, com e sem repetição), durante 02 anos.

- Capacitação continuada de 100% dos/as discentes para a atuação no projeto, que desenvolverão as atividades com supervisão de docente das áreas de Direito, Serviço Social e Psicologia.
- Efetivação de toda ação estrutural e logística para a instalação e funcionamento do núcleo acadêmico de atendimento e acesso a diretos, que funcionará no Campus Ministro Petrônio Portella, em Teresina-PI

Promoção de diálogos interinstitucionais com 100% das instituições da rede parceira do projeto, com a preparação dos/as discentes para a atuação no projeto, acompanhamento das ações junto à rede parceira e produção de relatórios das atividades desenvolvidas

- Oferta de balcão virtual de atendimento jurídico às pessoas privadas de liberdade e familiares, com incremento do acesso à justiça no âmbito da Penitenciária Mista de Parnaíba, da Penitenciária Feminina de Teresina e da Penitenciária Feminina de Picos, com o desenvolvimento de ações voltadas para a construção de uma concepção crítica das Ciências Criminais, notadamente a Execução Penal, sendo: 352 pessoas privadas de liberdade em formato presencial, com a seguinte meta mínima de atendimento mensal: 88 atendimentos jurídicos, 88 atendimentos psicológicos e 88 atendimentos do Serviço Social, durante 02 anos.
- Realização de atendimentos diários em diversas áreas (Medicina, Psicologia, Odontologia, etc.) a ser realizado pelo Instituto Federal do Piauí - IFPI (instituição parceira do projeto), voltados para pessoas privadas de liberdade e/ou egressas do sistema prisional atendidas pelo projeto, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica e familiares, durante 02 anos.

Oferta de cursos de 03 cursos de capacitação profissional (INFORMÁTICA, EMPREENDEDORISMO, e/ou outros, conforme melhor viabilidade, demanda e/ou interesse do público alvo), com oferta de 12 (doze) turmas de 40 alunos(as) distribuídas durante o período de vigência do projeto (2 anos), com as respectivas certificações a serem realizados pelo Instituto Federal do Piauí, conforme viabilidade, demanda e/ou interesse do público alvo, com carga horária de 40 horas, para pessoas privadas de liberdade, egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica; assim como de seus familiares.

- Atendimento individual e/ou grupal na área da Psicologia (grupos restaurativos, reflexivos e de apoio) e a realização de oficinas/ seminários, com as mulheres privadas de liberdade, pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional e em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras, durante 02 anos.
- Orientação/supervisão/accompanhamento de 100% das atividades da Psicologia, voltadas para pessoas privadas de liberdade que se encontram na PENITENCIÁRIA MISTA DE PARNAÍBA, na PENITENCIÁRIA FEMININA DE TERESINA e na PENITENCIÁRIA FEMININA DE PICOS, bem como pessoas egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica, e familiares, durante 02 anos.
- Realização de 1 (um) curso de capacitação e formação para atuação na prevenção à criminalidade e combate à violência institucional
- Realização de 02 seminários temáticos sobre os temas prioritários do projeto para profissionais do sistema de justiça e de segurança pública, docentes, discentes e familiares de pessoas privadas de liberdade
- Realização de oficinas e palestras sobre os temas prioritários do projeto para profissionais do sistema de justiça e de segurança pública, docentes, discentes e familiares de pessoas privadas de liberdade durante 02 anos.
- Elaboração de 1 (uma) Cartilha sobre noções básicas sobre educação em direitos humanos

Atualização de 6 cartilhas sobre direitos e diversidade (mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+, pessoas indígenas, pessoas imigrantes)

- Acompanhamento de 88 processos de remição relativos às unidades prisionais beneficiárias do projeto (mensal).

Entrega de 1 (um) relatório técnico quantitativo mensal contendo as seguintes informações: quantidade de atendimentos totais realizados no respectivo mês, com a assinatura das respectivas pessoas atendidas.

Metodologia:

O Projeto Fortalecer será executado com a colaboração da Defensoria Pública do Estado do Piauí (DPE-PI) e da Secretaria de Justiça do Estado do Piauí (SEJUS).

Nesse sentido, a metodologia básica para a atuação tem como base o atendimento e o acompanhamento de casos judiciais, por meio de estudantes e docentes dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Direito, bem como o atendimento e acompanhamento de pessoas com demandas judiciais, para acompanhamento psicológico e de proteção social por meio de estudantes e docentes dos cursos de Psicologia do Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA e atendimentos a serem realizados no âmbito da Psicologia pelo IFPI.

Nesse sentido, será realizado o atendimento jurídico e psicossocial, a pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional, familiares e pessoas em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, em articulação com a CIAP/SEJUS e Escritório Social/ SEJUS,

No âmbito da Psicologia será realizado atendimento individual e/ou grupal (grupos restaurativos, reflexivos e de apoio) e a realização de oficinas/ seminários, voltados para mulheres privadas de liberdade, pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional e em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras.

A metodologia também compreenderá a realização e encaminhamentos para atendimentos pelo IFPI NA área de saúde (Medicina, Odontologia, dentre outros), para a Rede de Proteção Social e aos Serviços Especializados de Atenção às Pessoas egressas e familiares.

Por outro lado, os procedimentos metodológicos também contemplam ações de acesso a direitos, a justiça e a proteção social, com discussões sobre temas e abordagens referentes à violência institucional no âmbito da execução penal, com ações focadas territorialmente, e, nos grupos mais vulnerabilizados, a exemplo das mulheres, sobretudo, as mulheres negras.

A orientação e supervisão das atividades será exercida por docentes e coordenadores de área do Direito, do Serviço Social e da Psicologia, com a participação de estudantes de graduação e de pós-graduação, com o desenvolvimento das ações no âmbito do sistema prisional, cujas atividades no âmbito da execução penal serão supervisionadas pela Defensoria Pública do Estado do Piauí.

Equipe multidisciplinar compreenderá um/a docente coordenador de área, que realizará o planejamento, a orientação, supervisão e acompanhamento das atividades.

Em conformidade com o Edital de chamamento público do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SEI/MJ – 29997237), 2024, o modelo de governança do projeto Fortalecer é pautado por uma estratégia de integração intersetorial e interfederativa, visando apoiar e ampliar a atuação das Defensoras e Defensores Públicos estaduais e federais, por meio de ações de extensão acadêmica, visto que o projeto possui ações tanto no campo do sistema penal, quanto do sistema de ensino.

Desse modo, o Projeto Fortalecer tem como base uma atuação integrada entre a UFPI e as instituições parceiras, com a articulação junto aos serviços a serem prestados, no âmbito da UFPI, no espaço das instituições parceiras e nas unidades prisionais, com a implantação de um observatório que pretende identificar vetores de vulnerabilidades, fatores de violação, subjetividades e condições de discriminação, para apreender e compreender, por meio de pesquisa empírica, as perspectivas de luta e enfrentamentos, e os caminhos para a potencialização de políticas públicas de acesso à justiça na execução penal e nas políticas penais.

Desse modo, o Projeto Fortalecer prevê a participação de profissionais, pesquisadores, estudantes, servidores públicos, pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, pessoas em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e em monitoração eletrônica, e seus familiares.

Assim, tem como escopo o exercício da cidadania no contexto de privação de liberdade, Políticas extramuros e de reintegração social, com o desenvolvimento de ações com o apoio e acompanhamento da Defensoria Pública do Estado do Piauí, com uma importante atuação das instituições parceiras envolvidas no projeto, com o fortalecimento de espaços de articulação setorial e intersetorial.

Nesse sentido, a metodologia compreenderá a capacitação continuada de estudantes da graduação e da pós-graduação, com o fortalecimento da luta pela defesa de direitos e enfrentamento às violências.

De modo que as ações fomentam o pensamento crítico e a defesa dos direitos humanos em ambientes prisionais e fora deles, visando a superação dos modelos de punição e de controle social estigmatizantes e antidemocráticos.

Além disso, o aparato metodológico está voltado para a formatação de instrumentos de redução das formas de violência em contexto de privação de liberdade, contribuindo para a o enfrentamento das desigualdades e a construção de ferramentas e mecanismos de inovação e tecnologia voltados para a qualificação da vida, saúde e bem-estar dos grupos sociais vulneráveis.

Acompanhamento e Avaliação do Projeto

O projeto Fortalecer está vinculado ao Programa de Promoção de Direitos Humanos, Sociais e Cidadania - PRAIDH, e objetiva implementar Núcleos acadêmicos multidisciplinares, com apoio técnico a Defensoria Pública do Estado do Piauí, visando o acesso à justiça, cidadania, reintegração social, cuidados com a saúde mental e direitos a Pessoas privadas de liberdade que se encontram na PENITENCIÁRIA MISTA JUIZ FONTES IBIAPINA - PARNAÍBA (prioritária no projeto), na Penitenciária Gardênia Gomes Lima Amorim - FEMININA DE TERESINA e na PENITENCIÁRIA ADALBERTO DE MOURA SANTOS - FEMININA DE PICOS, egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica, assim como de seus familiares.

Nesse sentido, o monitoramento e avaliação ocorrerá de forma sistemática por meio de reuniões, instrumentais técnicos e a produção de relatórios técnicos mensais, contendo todas as informações estruturais e de funcionamento dos núcleos acadêmicos de atendimentos, com fotos e ateste, assinado pela Defensoria Pública do Estado do Piauí e pela Secretaria de Justiça do Estado do Piauí (SEJUS).

Nesse sentido o monitoramento e avaliação compreenderá a avaliação da atuação de equipe multidisciplinar, no que se refere à atenção jurídica, psicossocial e a interface com Defensoria Pública do Estado do Piauí, a Secretaria de Justiça do Estado do Piauí e as unidades prisionais atendidas pelo projeto, bem como no que se refere ao conjunto das ações desenvolvidas.

Resultados Esperados

Os resultados apontam para significativos impactos no que se refere à articulação entre ensino, pesquisa e extensão materializada a partir de uma prática acadêmica que interliga a universidade com as demandas apresentadas pela sociedade, com atendimento aos grupos sociais vulneráveis, considerando os recortes de classe, de raça e de gênero. Nesse contexto, os/as alunos/as envolvidos/as terão oportunidade de conhecer realidades perpassadas por vulnerabilidades, o que permitirá conhecer, interagir e refletir, a partir de um espaço privilegiado de produção significativa do conhecimento.

O projeto permitirá ainda a interação dialógica no desenvolvimento de relações entre universidade e a sociedade, contribuindo para a garantia de direitos e o desenvolvimento de políticas de desencarceramento, fortalecendo o acesso a direitos e a justiça, com importantes impactos sobre a formação discente na graduação e na pós-graduação, visto que as atividades da presente extensão, indissociáveis do ensino e da pesquisa, constituem decisivos aportes à formação discente seja pela ampliação do universo de referência que enseja, seja pelo contato direto com as questões contemporâneas que se apresentam no âmbito do sistema de justiça e do sistema prisional, possibilitando, assim, o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que reafirma os compromissos éticos e solidários da Universidade, contexto em que o/a aluno/a é colocado como protagonista de sua formação para obtenção de competências necessárias à atuação profissional e de sua formação cidadã.

No âmbito do projeto, os resultados estão voltados para:

Criação de Núcleo acadêmico de atendimento e acesso a direitos instalado e em funcionamento com apoio técnico à Defensoria Pública do Estado do Piauí, com o atendimento a pessoas privadas de liberdade, em cumprimento de alternativas penais, egressas e familiares, com atendimento presencial e virtual, com atendimentos jurídicos, de Serviço Social e no âmbito da Psicologia, presencial e/ou virtual, na Penitenciária Mista de Parnaíba, na Penitenciária Feminina de Teresina e na Penitenciária Feminina de Picos.

Atendimentos, encaminhamentos e acompanhamentos jurídicos, de Serviço Social e psicológicos às pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional, familiares e pessoas em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, em articulação com a CIAP/SEJUS e Escritório Social/ SEJUS.

Oferta de balcão virtual de atendimento jurídico às pessoas privadas de liberdade e familiares, com incremento do acesso à justiça no âmbito da Penitenciária Mista de Parnaíba, da Penitenciária Feminina de Teresina e da Penitenciária Feminina de Picos, com o desenvolvimento de ações voltadas para a construção de uma concepção crítica das Ciências Criminais, notadamente a Execução Penal.

Realização de atendimentos diários em diversas áreas (Medicina, Psicologia, Odontologia, etc.) a ser realizado pelo Instituto Federal do Piauí - IFPI (instituição parceira do projeto), voltados para pessoas privadas de liberdade e/ou egressas do sistema prisional atendidas pelo projeto, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica e familiares.

Oferta de cursos de capacitação profissional realizados pelo Instituto Federal do Piauí, conforme viabilidade, demanda e/ou interesse do público alvo, com carga horária de 40 horas, para pessoas privadas de liberdade, egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica; assim como de seus familiares.

Atendimento individual e/ou grupal na área da Psicologia (grupos restaurativos, reflexivos e de apoio) e a realização de oficinas/ seminários, com as mulheres privadas de liberdade, pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional e em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e .

Orientação/supervisão/accompanhamento de das atividades da Psicologia, voltadas para pessoas privadas de liberdade que se encontram na PENITENCIÁRIA MISTA DE PARNAÍBA, na PENITENCIÁRIA FEMININA DE TERESINA e na PENITENCIÁRIA DE PICOS, bem como pessoas egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica, e familiares.

Realização de curso de capacitação e formação para atuação na prevenção à criminalidade e combate à violência institucional

Realização de seminários temáticos sobre os temas prioritários do projeto para profissionais do sistema de justiça e de segurança pública, docentes, discentes e familiares de pessoas privadas de liberdade

Realização de oficinas e palestras sobre os temas prioritários do projeto para profissionais do sistema de justiça e de segurança pública, docentes, discentes e familiares de pessoas privadas de liberdade.

Elaboração e atualização de Cartilhas sobre noções básicas sobre educação em direitos humanos e sobre direitos e diversidade (mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+, pessoas indígenas, pessoas imigrantes).

Acompanhamento de processos de remição relativos às unidades prisionais beneficiárias do projeto.

Entrega de relatório técnico quantitativo mensal.

Referências:

ANGOTTI, B. Entre as leis da ciência, do estado e de deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil; comentários de José Daniel Cesano. 2. ed. rev. San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán. Instituto de Investigaciones Históricas Leoni Pinto, 2018.

AQUINO, Lidiane Castro Duarte de; CRUZ, Danielle Teles da. Encarceramento feminino e bases legais da atenção à saúde da mulher privada de liberdade no Brasil. Cad Saúde Colet. 2023;31(4):e31040071. <https://doi.org/10.1590/1414-462X202331040071>.

BEAUVOIR, S. O segundo sexo. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BEZERRA, Jéssica Achilley de Sousa Bezerra; FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho de França. O sistema carcerário no Brasil e no estado do Piauí: algumas reflexões sobre os processos de encarceramento em massa atualidade. In: FRANÇA, Rosilene M. S. Encarceramento, questão social e a ação do Estado em tempos de neoliberalismo e conservadorismo no Brasil. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2023. v. 1. 394p.

BORGES, Juliana. Encarceramento em massa. São Paulo: Sueli Carneiro ; Pólen, 2019. 144 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamilia Ribeiro).

BOURDIEU, P. A dominação masculina. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça/ SENAPPEN. Edital de chamamento público do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SEI/MJ - 29997237), 2024.

BRASIL. SISDEPEN. Sistema Nacional de Informações Penais. Relatório de Informações Penais. 16º ciclo - período de janeiro a junho de 2024. Brasília: SENAPPEN, 2024. Disponível em <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-1- semestre-de-2024.pdf>. Acesso em 18 de março de 2025.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. Decreto Nº 7.626, de 24 de novembro de 2011. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7626.htm. Acesso em: 21 jan. 2024.

BRASIL. Decreto Nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: 08 jan. 2024.

BRASIL. Lei Nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm. Acesso em: 29 nov. 2023.

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 04 jan. 2024.

BRASIL. Lei Nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 06 jan. 2024.

BRASIL. Lei Nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 22 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial nº 1, de 02 de janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001_02_01_2014.html. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial nº 210, de 17 de janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/226123-politica-nacional-de-atencao-as-mulheres-em-situacao-de-privacao-de-liberdade-e-egressas-do-sistema-prisional>. Acesso em: 21 jan. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP). Resolução Nº 04, de 15 de julho de 2009. Dispõe sobre o direito à amamentação para mulheres encarceradas. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/pt-br/composicao/cnpccp/resolucoes/2009/resolucao-no-4-de-15-de-julho-de-2009-1.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2024.

CALAÇA, Sarah Letícia Pachêco. Encarceramento feminino: um estudo acerca da garantia de direitos à maternidade e à infância no cárcere. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Serviço Social/Universidade Federal do Piauí. Orientadora: Prof.ª Dr.ª Rosilene Marques Sobrinho de França, Teresina: UFPI, 2024.

CASTELO BRANCO, Naira de Assis. Militância feminista no combate à violência de gênero no Piauí: entre o discurso e a prática militante, 2017. Disponível em https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=4585. Acesso em 18 de março de 2025.

CASTELO, R. A violência como potência econômica na gênese da "questão social" no Brasil. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 94-109, jul./dez. 2021

CHESKYS, D. Mulheres invisíveis: uma análise da influência dos estereótipos de gênero na vida de mulheres encarceradas. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. Brasil tem 622 grávidas ou lactantes em presídios. 2018. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/86062-brasil-tem-622-gravidas-ou-lactantes-em-presidios>. Acesso em: 18 out 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. Painel de dados sobre as inspeções penais em estabelecimentos prisionais, 2024. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single?appid=e28debcd-15e7-4f17-ba93-9aa3ee4d3c5d&sheet=da3c5032-89ad-48d2-8d15-54eb35561278&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel>. Acesso em: 07 jul. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok). Brasília: CNJ, 2016. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/cd8bc11ffdc397c32eecd40afb74.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2024.

COSTA, Thalison Clóvis Ribeiro da; FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho de. A atuação do Poder Judiciário no âmbito da execução penal no estado do Piauí: trajetória, perspectivas e desafios. In: FRANÇA, Rosilene M. S. Encarceramento, questão social e a ação do Estado em tempos de neoliberalismo e conservadorismo no Brasil. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2023. v. 1. 394p.

CURY, Jessica Santiago; MENEGAZ, Mariana Lima. Mulher e o cárcere: uma história de violência, invisibilidade e desigualdade social. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11& 13thWomen's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499469506_ARQUIVO_ArtigoFazendoGenero-enviar.pdf. Acesso em 18 de março de 2025.

DAVIS, Angela. A democracia da abolição: para além do império das prisões e da tortura. Trad. Artur Neves Teixeira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

DAVIS, Â. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Talita Honória Moreira Martins. Sistema prisional feminino brasileiro: a realidade vivida pelas mulheres em situação de cárcere. *Revista Avant*, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 364–385, 2024.

FERRO, Adriana. Um Breve Passeio pela História do Curso de Direito da UFPI, s/d. Disponível em <https://www.somosicev.com/blogs/um-breve-passeio-pela-historia-do-curso-de-direito-da-ufpi/>. Acesso em 17 de maio de 2025.

FLAUZINA, Ana Luiza P. Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Tese de Mestrado, Brasília: UNB, 2006.

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Tradução de Lúcia M. Ponde Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho de. Encarceramento e educação prisional em tempos de neoliberalismo e conservadorismo no Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 44, p. 1-18, 2023.

FRANÇA, Rosilene M(Vitória),. S. Encarceramento e racismo estrutural na América Latina e no Brasil. *Argumentum* v. 14, p. 119-136, 2022.

FRANÇA, Rosilene M. S. A ação do estado no âmbito dos sistemas de segurança pública e de justiça no Brasil em tempos de neoliberalismo e conservadorismo. *Revista Intervenção Social /Social Intervention*, v. 57/58, p. 257-259, 2021.

FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho de. O sistema prisional no estado do Piauí: reflexões sobre o papel do cárcere diante da ofensiva neoliberal do capital. In: FRANÇA, Rosilene M. S. Encarceramento, questão social e a ação do Estado em tempos de neoliberalismo e conservadorismo no Brasil. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2023. v. 1. 394p.

FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho de; GERSHENSON, Beatriz. O encarceramento de mulheres no capitalismo dependente e periférico brasileiro. *R. Katál.*, Florianópolis, v.26, n. 2, p. 222-231, maio/ago. 2023.

FRANÇA, Cynthia Leal. Análise da situação atual dos presídios brasileiros: a importância das medidas de desencarceramento. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Serviço Social/ Universidade Federal do Piauí. Orientadora: Prof.ª Dr.ª Rosilene Marques Sobrinho de França. 2024, 93 f.

HELAL, A. C. C. S. M. ; FRANÇA, Rosilene M. S. Violência contra mulheres no brasil e as estratégias para seu enfrentamento. *Sociedade em Debate*, v. 28, p. 145-158, 2022.

LEAL, Nívea Maria Vieira. O encarceramento de mulheres na Penitenciária Feminina de Teresina: análise dos aspectos relativos à educação e trabalho, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) / Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, acharelado em Serviço Social. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosilene Marques Sobrinho de França, 2023, 101 f.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, K. O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital [1867]. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

MNPCT. Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Mulheres na prisão: Brasil, análise do Mecanismo Nacional de Prevenção, agosto de 2024. Disponível em https://www.apr.ch/sites/default/files/2024-12/brazil_npm_-_por.pdf Acesso em 18 de março de 2025.

MOTTA, M. C. C. Invisibilidades e persistências: políticas públicas de combate à Violência contra as Mulheres (Brasil e Argentina). 2017. 327f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

MOURA, Clóvis. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. Afro-Ásia 14, 1983, p. 124-137.

RAMPIN, T. T. D. Mulher e sistema penitenciário: a institucionalização da violência de gênero. In: BORGES, P. C. C. (Org.). Sistema Penal e Gênero: tópicos para a emancipação feminina. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

PIAUI. SEJUS/CIAP. Central Integrada de Alternativas Penais (CIAP). Disponível em <https://www.sejus.pi.gov.br/ciap/>, Acesso em 18 de março de 2025a.

PIAUI. SEJUS. Escritório Social. Disponível em <https://www.sejus.pi.gov.br/escritorio-social/>, Acesso em 18 de março de 2025a.

SAFFIOTI, Heleith. Gênero, patriarcado e violência. 2ª edição, São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015 [2004].

SANTOS, Rios Martins; RESENDE, Vânia Aparecida. Sistema carcerário feminino: uma análise das políticas públicas de segurança com base em um estudo local. Cad. EBAPE.BR, v. 18, nº 3, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cebape/a/nb3pxjFQ7hDkWFxJ9D8MzFc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 18 de março de 2025.

TEIXEIRA, Solange Maria; JOAZEIRO, Edna Maria Goulart; GUIMARÃES, Jairo de Carvalho; Maria CAVALCANTE, Aparecida Milanez. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI: impactos e desafios. In: SANTANA, Joana Valente; Burginski, Vanda Micheli (organizadoras). A Pós-Graduação na Regional Norte da ABEPS e sua importância para a sociedade: desafios, resistências e estratégias, Palmas, TO: EdUFT, 2024, 176p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Relatório de Atividades. Pró-Reitoria de Planejamento - Proplan/UFPI, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Coordenação do Curso de Direito. Disponível em https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?lc=pt_BR&id=74224. Acesso em 18 de março de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD). Apresentação. PPGD/UFPI. Disponível em <https://ppgd.ufpi.edu.br/>. Acesso em 19 de março de 2025.

CONTATO DO COORDENADOR

Coordenação: ROSILENE MARQUES SOBRINHO DE FRANÇA **E-mail:** ROSILENEMARQUESSOBRINHO@GMAIL.COM **Celular:**

PROPONENTE DA AÇÃO

Proponente: ROSILENE MARQUES SOBRINHO DE FRANÇA **E-mail:** ROSILENEMARQUESSOBRINHO@GMAIL.COM **Celular:** 88384097

MEMBROS DA EQUIPE

Nome	CPF	Categoria	Função	ACE	Unidade	Início	Fim	CH
CYNTHIA LEAL FRANÇA	043.140.653-70	DISCENTE	EXECUTOR COLABORADOR(A)	SIM	PPGPP/CCHL	01/10/2025	01/10/2027	576
EDIMARA KALINE DE JESUS FARIAS	092.220.313-00	DISCENTE	EXECUTOR COLABORADOR(A)	SIM	CCHL	01/10/2025	01/10/2027	576
ELLYAYNE KAROLINE BEZERRA DA SILVA	018.963.713-70	DOCENTE	EXECUTOR COLABORADOR(A)	NÃO	DSS/CCHL	01/10/2025	01/10/2027	384
LUCAS NOGUEIRA DO REGO MONTEIRO VILLA LAGES	961.186.603-87	DOCENTE	EXECUTOR COLABORADOR(A)	NÃO	DCJ/CCHL	01/10/2025	01/10/2027	384
MARIA CLARA VIEIRA DOS SANTOS	081.144.213-63	DISCENTE	EXECUTOR COLABORADOR(A)	SIM	CCHL	01/10/2025	01/10/2027	576
MARIA LEONILDES BOAVISTA GOMES CASTELO BRANCO MARQUES	661.812.403-49	DOCENTE	COORDENADOR(A) ADJUNTO(A)	NÃO	DCJ/CCHL	01/08/2025	01/08/2027	384
ROSILENE MARQUES SOBRINHO DE FRANÇA	479.024.423-72	DOCENTE	COORDENADOR(A)	NÃO	DSS/CCHL	01/10/2025	01/10/2027	384

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividade	2025			2026					2027																	
	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	
INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO NÚCLEO ACADÊMICO DE ATENDIMENTO E ACESSO A DIREITOS, VISANDO A DISPONIBILIZAÇÃO DE APOIO TÉCNICO À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ, BEM COMO APOIO À																										

Atividade	2025			2026												2027											
	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O		
DIRETOS, QUE FUNCIONARÁ NO CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA, EM TERESINA-PI																											
PROMOÇÃO DE DIÁLOGOS INTERINSTITUCIONAIS COM A REDE PARCEIRA DO PROJETO, COM A PREPARAÇÃO DOS/AS DISCENTES PARA A ATUAÇÃO NO PROJETO, ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES JUNTO À REDE PARCERIA E PRODUÇÃO DE RELATÓRIOS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS																											
OFERTA DE BALCÃO VIRTUAL DE ATENDIMENTO JURÍDICO ÀS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE E FAMILIARES, COM INCREMENTO DO ACESSO À JUSTIÇA NO ÂMBITO DA PENITENCIÁRIA MISTA DE PARNAÍBA, DA PENITENCIÁRIA FEMININA DE TERESINA E DA PENITENCIÁRIA FEMININA DE PICOS, COM O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES VOLTADAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CONCEPÇÃO CRÍTICA DAS CIÊNCIAS CRIMINAIS, NOTADAMENTE A EXECUÇÃO PENAL																											
REALIZAÇÃO DE ATENDIMENTOS EM DIVERSAS ÁREAS (MEDICINA, PSICOLOGIA, ODONTOLOGIA, ETC.) A SER REALIZADO PELO INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ - IFPI (INSTITUIÇÃO PARCEIRA DO PROJETO), VOLTADOS PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE E/OU EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL, EM CUMPRIMENTO DE ALTERNATIVAS PENAIS, PESSOAS PÓS AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA, E MONITORAÇÃO ELETRÔNICA E FAMILIARES																											
ORIENTAÇÃO/SUPERVISÃO/ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA PSICOLOGIA, VOLTADAS PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE QUE SE ENCONTRAM NA PENITENCIÁRIA MISTA DE PARNAÍBA, NA PENITENCIÁRIA FEMININA DE TERESINA E NA PENITENCIÁRIA DE PICOS, BEM COMO PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL, EM CUMPRIMENTO DE ALTERNATIVAS PENAIS, PESSOAS PÓS AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA, E MONITORAÇÃO ELETRÔNICA, E FAMILIARES																											
ATENDIMENTO INDIVIDUAL E/OU GRUPAL NA ÁREA DA PSICOLOGIA (GRUPOS RESTAURATIVOS, REFLEXIVOS E DE APOIO) E A REALIZAÇÃO DE OFICINAS/ SEMINÁRIOS, COM AS MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE, PESSOAS COM PASSAGEM POR AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA, MONITORADAS ELETRONICAMENTE, EM CUMPRIMENTO DE ALTERNATIVAS PENAIS, EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL E EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE RELACIONADAS AO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS																											

Atividade	2025			2026												2027											
	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O		
ELABORAÇÃO DE CARTILHA SOBRE NOÇÕES BÁSICAS SOBRE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS																											
ATUALIZAÇÃO DE CARTILHAS SOBRE DIREITOS E DIVERSIDADE (MULHERES, PESSOAS IDOSAS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, LGBTQIAP+, PESSOAS INDÍGENAS, PESSOAS IMIGRANTES)																											
ENCAMINHAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DE REMIÇÃO RELATIVOS ÀS UNIDADES PRISIONAIS BENEFICIÁRIAS DO PROJETO																											
OFERTA DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, A SEREM REALIZADOS PELO INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ, CONFORME VIABILIDADE, DEMANDA E/OU INTERESSE DO PÚBLICO ALVO, COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS, PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE, EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL, EM CUMPRIMENTO DE ALTERNATIVAS PENAIS, PESSOAS PÓS AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA, E MONITORAÇÃO ELETRÔNICA; ASSIM COMO DE SEUS FAMILIARES																											
ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO PARA ATUAÇÃO NA PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE E COMBATE À VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL																											
ORGANIZAÇÃO E OFERTA DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, A SEREM REALIZADOS PELO INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ, CONFORME VIABILIDADE, DEMANDA E/OU INTERESSE DO PÚBLICO ALVO, COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS, PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE, EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL, EM CUMPRIMENTO DE ALTERNATIVAS PENAIS, PESSOAS PÓS AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA, E MONITORAÇÃO ELETRÔNICA; ASSIM COMO DE SEUS FAMILIARES																											
ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS TEMÁTICOS SOBRE OS TEMAS PRIORITÁRIOS DO PROJETO PARA PROFISSIONAIS DO SISTEMA DE JUSTIÇA E DE SEGURANÇA PÚBLICA, DOCENTES, DISCENTES E FAMILIARES DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE																											
ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE OFICINAS E PALESTRAS SOBRE OS TEMAS PRIORITÁRIOS DO PROJETO PARA PROFISSIONAIS DO SISTEMA DE JUSTIÇA E DE SEGURANÇA PÚBLICA, DOCENTES, DISCENTES E FAMILIARES DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE																											
ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS EM ANAIS DE EVENTOS CIENTÍFICOS LOCAIS,																											

Atividade	2025			2026												2027										
	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	
REGIONAIS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS																										
ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS EM PERIÓDICOS MOSTRANDO OS RESULTADOS PRODUZIDOS PELO PROJETO																										
ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE LIVROS E E-BOOKS MOSTRANDO OS RESULTADOS PRODUZIDOS PELO PROJETO																										
INTERLOCUÇÃO E INTERCÂMBIOS COM GRUPOS E NÚCLEOS DE EXTENSÃO E PESQUISA LOCAIS, REGIONAIS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS																										
ORGANIZAÇÃO E ALIMENTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO "POLÍTICAS DE DESENCARCERAMENTO E ACESSO A DIREITOS"																										
ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS PARCIAIS E FINAL DO PROJETO																										

PARTICIPANTES DA AÇÃO DE EXTENSÃO

[Clique aqui para visualizar os participantes desta ação de extensão](#)

AÇÕES VINCULADAS AO PROJETO

Tipo Atividade	Título	Objetivo	Público Externo	Público Interno	Previsão de Realização
CURSO	-Oferta de cursos de capacitação profissional, a serem realizados pelo Instituto Federal do Piauí, conforme viabilidade, demanda e/ou interesse do público alvo, com carga horária de 40 horas, para pessoas privadas de liberdade, egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica; assim como de seus familiares	Ofertar cursos de capacitação profissional, a serem realizados pelo Instituto Federal do Piauí, conforme viabilidade, demanda e/ou interesse do público alvo, com carga horária de 40 horas, para pessoas privadas de liberdade, egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica; assim como de seus familiares.	Pessoas privadas de liberdade, egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica; assim como de seus familiares	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2025
CURSO	-Realização de 1 (um) curso de capacitação e formação para atuação na prevenção à criminalidade e combate à violência institucional	Realizar 1 (um) curso de capacitação e formação para atuação de famílias na prevenção à criminalidade e combate à violência institucional	Profissionais do sistema de justiça e do sistema prisional, pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica, assim como de seus familiares.	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2025
CURSO	-Oferta de cursos de capacitação profissional, a serem realizados pelo Instituto Federal do Piauí, conforme viabilidade, demanda e/ou interesse do público alvo, com carga horária de 40 horas, para pessoas privadas de liberdade, egressas do	Ofertar cursos de capacitação profissional, a serem realizados pelo Instituto Federal do Piauí, conforme viabilidade, demanda e/ou interesse do público alvo, com carga horária de 40 horas, para pessoas privadas de liberdade, egressas do	Pessoas privadas de liberdade, egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica; assim como de seus familiares	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2026

Tipo Atividade	Título	Objetivo	Público Externo	Público Interno	Previsão de Realização
EVENTO	<p>sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica; assim como de seus familiares</p> <p>Realização de 02 seminários temáticos sobre os temas prioritários do projeto para profissionais do sistema de justiça e de segurança pública, docentes, discentes e familiares de pessoas privadas de liberdade</p>	<p>sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica; assim como de seus familiares.</p> <p>Realizar 02 seminários temáticos sobre os temas prioritários do projeto para profissionais do sistema de justiça e de segurança pública, docentes, discentes e familiares de pessoas privadas de liberdade</p>	Profissionais do sistema de justiça e de segurança pública, docentes, discentes e familiares de pessoas privadas de liberdade	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2025
EVENTO	<p>Realização de oficinas e palestras sobre os temas prioritários do projeto para profissionais do sistema de justiça e de segurança pública, docentes, discentes e familiares de pessoas privadas de liberdade</p>	<p>Realizar oficinas e palestras sobre os temas prioritários do projeto para profissionais do sistema de justiça e de segurança pública, docentes, discentes e familiares de pessoas privadas de liberdade</p>	Profissionais do sistema de justiça e de segurança pública, docentes, discentes e familiares de pessoas privadas de liberdade	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2025
EVENTO	<p>-Realização de 04 seminários temáticos sobre os temas prioritários do projeto para profissionais do sistema de justiça e de segurança pública, docentes, discentes e familiares de pessoas privadas de liberdade</p>	<p>Realizar 04 seminários temáticos sobre os temas prioritários do projeto para profissionais do sistema de justiça e de segurança pública, docentes, discentes e familiares de pessoas privadas de liberdade</p>	Profissionais do sistema de justiça e de segurança pública, docentes, discentes e familiares de pessoas privadas de liberdade	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2026
EVENTO	<p>-Realização de 1 (um) curso de capacitação e formação para atuação na prevenção à criminalidade e combate à violência institucional</p>	<p>Realizar 1 (um) curso de capacitação e formação para atuação de famílias na prevenção à criminalidade e combate à violência institucional</p>	Profissionais do sistema de justiça e do sistema prisional, pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica, assim como de seus familiares.	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2026
EVENTO	<p>-Realização de oficinas e palestras sobre os temas prioritários do projeto para profissionais do sistema de justiça e de segurança pública, docentes, discentes e familiares de pessoas privadas de liberdade</p>	<p>Realizar oficinas e palestras sobre os temas prioritários do projeto para profissionais do sistema de justiça e de segurança pública, docentes, discentes e familiares de pessoas privadas de liberdade</p>	Profissionais do sistema de justiça e de segurança pública, docentes, discentes e familiares de pessoas privadas de liberdade	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2026
EVENTO	<p>-Capacitação continuada dos/as discentes para a atuação no projeto, que desenvolverão as atividades com supervisão de docente das áreas de Direito, Serviço Social e Psicologia</p>	<p>Capacitar de forma continuada os/as discentes para a atuação no projeto, que desenvolverão as atividades com supervisão de docente das áreas de Direito, Serviço Social e Psicologia</p> <p>Realizar as ações estruturais e logísticas necessárias à instalação e funcionamento do núcleo acadêmico de atendimento e</p>	Estudantes e profissionais das instituições parceiras	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2027

Tipo Atividade	Título	Objetivo	Público Externo	Público Interno	Previsão de Realização
EVENTO	-Realização de oficinas e palestras sobre os temas prioritários do projeto para profissionais do sistema de justiça e de segurança pública, docentes, discentes e familiares de pessoas privadas de liberdade	Realizar oficinas e palestras sobre os temas prioritários do projeto para profissionais do sistema de justiça e de segurança pública, docentes, discentes e familiares de pessoas privadas de liberdade	Profissionais do sistema de justiça e de segurança pública, docentes, discentes e familiares de pessoas privadas de liberdade	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2027
OUTRAS ATIVIDADES	-Instalação de 1 núcleo acadêmico de atendimento e acesso a direitos, visando a disponibilização de apoio técnico à Defensoria Pública do Estado do Piauí, bem como apoio à Reintegração e proteção social de pessoas privadas de liberdade, em cumprimento de alternativas penais, egressas e familiares, no âmbito do campus Ministro Petrônio Portella em Teresina-PI, com atendimento presencial e virtual	Promover o acesso à justiça, cidadania, reintegração social, cuidados com a saúde mental e direitos de pessoas privadas de liberdade, bem como pessoas egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica, assim como de seus familiares	Pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica, assim como de seus familiares	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2025
OUTRAS ATIVIDADES	- Atendimento por meio de núcleo acadêmico multidisciplinar no campus Ministro Petrônio Portella em Teresina-PI, com apoio técnico à Defensoria Pública do Estado do Piauí, bem como apoio à Reintegração e proteção social de pessoas privadas de liberdade, em cumprimento de alternativas penais, egressas e familiares, com atendimento presencial e virtual	Realizar atendimentos por meio de núcleo acadêmico multidisciplinar no campus Ministro Petrônio Portella em Teresina-PI, com apoio técnico à Defensoria Pública do Estado do Piauí, bem como apoio à Reintegração e proteção social de pessoas privadas de liberdade, em cumprimento de alternativas penais, egressas e familiares, com atendimento presencial e virtual	Pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica, assim como de seus familiares	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2025
OUTRAS ATIVIDADES	Prestação de atendimento em 03 unidades prisionais com mulheres privadas de liberdade no estado do Piauí, com atendimento jurídico, de Serviço Social e no âmbito da Psicologia, presencial e/ou virtual, na Penitenciária Mista de Parnaíba, na Penitenciária Feminina de Teresina e na Penitenciária Feminina de Picos	Realizar atendimento jurídico, de Serviço Social e no âmbito da Psicologia, a pessoas privadas de liberdade no estado do Piauí, com foco nas mulheres privadas de liberdade, com atendimento jurídico, de Serviço Social e no âmbito da Psicologia, presencial e/ou virtual, na Penitenciária Mista de Parnaíba, na Penitenciária Feminina de Teresina e na Penitenciária Feminina de Picos	Pessoas privadas de liberdade e/ou egressas	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2025
OUTRAS ATIVIDADES	-Desenvolvimento de 3 projetos de remição de pena pela leitura, cultura, lazer ou esporte, na Penitenciária Mista de Parnaíba, na Penitenciária	Executar 3 projetos de remição de pena pela leitura, cultura, lazer ou esporte, na Penitenciária Mista de Parnaíba, na Penitenciária Feminina de	Pessoas privadas de liberdade em execução penal	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2025

Tipo Atividade	Título	Objetivo	Público Externo	Público Interno	Previsão de Realização
OUTRAS ATIVIDADES	Feminina de Teresina e na Penitenciária Feminina de Picos -Atendimentos, encaminhamentos e acompanhamentos jurídicos, de Serviço Social e psicológicos às pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional, familiares e pessoas em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, em articulação com a CIAP/SEJUS e Escritório Social/SEJUS	Teresina e na Penitenciária Feminina de Picos Realizar atendimentos, encaminhamentos e acompanhamentos, jurídicos, de Serviço Social e psicológicos às pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional, familiares e pessoas em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, em articulação com a CIAP/SEJUS e Escritório Social/SEJUS	Pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional, familiares e pessoas em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras drogas	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2025
OUTRAS ATIVIDADES	-Capacitação continuada dos/as discentes para a atuação no projeto, que desenvolverão as atividades com supervisão de docente das áreas de Direito, Serviço Social e Psicologia	Capacitar de forma continuada os/as discentes para a atuação no projeto, que desenvolverão as atividades com supervisão de docente das áreas de Direito, Serviço Social e Psicologia	Estudantes e profissionais das instituições parceiras	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2025
OUTRAS ATIVIDADES	-Efetivação de toda ação estrutural e logística para a instalação e funcionamento do núcleo acadêmico de atendimento e acesso a direitos, que funcionará no Campus Ministro Petrônio Portella, em Teresina-PI	Realizar as ações estruturais e logísticas necessárias à instalação e funcionamento do núcleo acadêmico de atendimento e acesso a direitos, que funcionará no Campus Ministro Petrônio Portella, em Teresina-PI	Profissionais das instituições parceiras	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2025
OUTRAS ATIVIDADES	-Promoção de diálogos interinstitucionais com a rede parceira do projeto, com a preparação dos/as discentes para a atuação no projeto, acompanhamento das ações junto à rede parceria e produção de relatórios das atividades desenvolvidas	Promover diálogos interinstitucionais com a rede parceira do projeto, com a preparação dos/as discentes para a atuação no projeto, acompanhamento das ações junto à rede parceria e produção de relatórios das atividades desenvolvidas	Instituições parceiras	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2025
OUTRAS ATIVIDADES	-Oferta de balcão virtual de atendimento jurídico às pessoas privadas de liberdade e familiares, com incremento do acesso à justiça no âmbito da Penitenciária Mista de Parnaíba, da Penitenciária Feminina de Teresina e da Penitenciária Feminina de Picos, com o desenvolvimento de ações voltadas para a construção de uma concepção crítica das Ciências Criminais, notadamente a Execução Penal	Ofertar balcão virtual de atendimento jurídico às pessoas privadas de liberdade e familiares, com incremento do acesso à justiça no âmbito da Penitenciária Mista de Parnaíba, da Penitenciária Feminina de Teresina e da Penitenciária Feminina de Picos, com o desenvolvimento de ações voltadas para a construção de uma concepção crítica das Ciências Criminais, notadamente a Execução Penal.	Pessoas privadas de liberdade na Penitenciária Mista de Parnaíba, da Penitenciária Feminina de Teresina e da Penitenciária Feminina de Picos e respectivos familiares	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2025

Tipo Atividade	Título	Objetivo	Público Externo	Público Interno	Previsão de Realização
OUTRAS ATIVIDADES	-Realização de atendimentos em diversas áreas (Medicina, Psicologia, Odontologia, etc.) a ser realizado pelo Instituto Federal do Piauí - IFPI (instituição parceira do projeto), voltados para pessoas privadas de liberdade e/ou egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica e familiares	Realizar atendimentos em diversas áreas (Medicina, Psicologia, Odontologia, etc.) a ser realizado pelo Instituto Federal do Piauí - IFPI (instituição parceira do projeto), voltados para pessoas privadas de liberdade e/ou egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica e familiares	Pessoas privadas de liberdade e/ou egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica e familiares	Docentes e estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2025
OUTRAS ATIVIDADES	Orientação/supervisão/acompanhamento das atividades da Psicologia, voltadas para pessoas privadas de liberdade que se encontram na PENITENCIÁRIA MISTA DE PARNAÍBA, na PENITENCIÁRIA FEMININA DE TERESINA e na PENITENCIÁRIA DE PICOS, bem como pessoas egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica, e familiares	Orientar, supervisionar e acompanhar as atividades da Psicologia, por meio do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA), voltadas para pessoas privadas de liberdade que se encontram na PENITENCIÁRIA MISTA DE PARNAÍBA, na PENITENCIÁRIA FEMININA DE TERESINA e na PENITENCIÁRIA DE PICOS, bem como pessoas egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica, e familiares.	Estudantes de Graduação e da Pós-Graduação das instituições parceiras	Estudantes de Graduação e de Pós-Graduação	2025
OUTRAS ATIVIDADES	Atendimento individual e/ou grupal na área da Psicologia (grupos restaurativos, reflexivos e de apoio) e a realização de oficinas/seminários, com as mulheres privadas de liberdade, pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional e em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras	Realizar atendimentos individuais e/ou grupais na área da Psicologia (grupos restaurativos, reflexivos e de apoio) a serem realizados pelo Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA) e a realização de oficinas/seminários pela FIOCRUZ PIAUÍ e o Coletivo Mulheres em Pauta, com as mulheres privadas de liberdade e familiares, pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional e em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras drogas e familiares, considerando a transversalidade de classe, de raça e de gênero	Mulheres privadas de liberdade e familiares; docentes, discentes e profissionais das instituições parceiras	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2025

Tipo Atividade	Título	Objetivo	Público Externo	Público Interno	Previsão de Realização
OUTRAS ATIVIDADES	-Elaboração de 1 (uma) Cartilha sobre noções básicas sobre educação em direitos humanos	Elaborar 1 (uma) Cartilha sobre noções básicas sobre educação em direitos humanos	Instituições parceiras Pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica, assim como de seus familiares e a sociedade em geral	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2025
OUTRAS ATIVIDADES	-Atualização de cartilhas sobre direitos e diversidade (mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+, pessoas indígenas, pessoas imigrantes)	Atualizar cartilhas sobre direitos e diversidade (mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+, pessoas indígenas, pessoas imigrantes)	Profissionais do sistema de justiça e do sistema prisional, pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica, assim como de seus familiares, bem como a sociedade em geral	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2025
OUTRAS ATIVIDADES	-Encaminhamento e acompanhamento de processos de remição relativos às unidades prisionais beneficiárias do projeto	Encaminhar e acompanhar processos de remição relativos às unidades prisionais beneficiárias do projeto	Pessoas privadas de liberdade	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2025
OUTRAS ATIVIDADES	-Atendimento por meio de núcleo acadêmico multidisciplinar no campus Ministro Petrônio Portella em Teresina-PI, com apoio técnico à Defensoria Pública do Estado do Piauí, bem como apoio à Reintegração e proteção social de pessoas privadas de liberdade, em cumprimento de alternativas penais, egressas e familiares, com atendimento presencial e virtual	Realizar atendimentos por meio de núcleo acadêmico multidisciplinar no campus Ministro Petrônio Portella em Teresina-PI, com apoio técnico à Defensoria Pública do Estado do Piauí, bem como apoio à Reintegração e proteção social de pessoas privadas de liberdade, em cumprimento de alternativas penais, egressas e familiares, com atendimento presencial e virtual	Pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica, assim como de seus familiares	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2026
OUTRAS ATIVIDADES	-Prestação de atendimento em 03 unidades prisionais com mulheres privadas de liberdade no estado do Piauí, com atendimento jurídico, de Serviço Social e no âmbito da Psicologia, presencial e/ou virtual, na Penitenciária Mista de Parnaíba, na Penitenciária Feminina de Teresina e na Penitenciária Feminina de Picos	Realizar atendimento jurídico, de Serviço Social e no âmbito da Psicologia, a pessoas privadas de liberdade no estado do Piauí, com foco nas mulheres privadas de liberdade, com atendimento jurídico, de Serviço Social e no âmbito da Psicologia, presencial e/ou virtual, na Penitenciária Mista de Parnaíba, na Penitenciária Feminina de Teresina e na Penitenciária Feminina de Picos	Pessoas privadas de liberdade e/ou egressas	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2026
OUTRAS ATIVIDADES	-Desenvolvimento de 3 projetos de remição de pena pela leitura, cultura, lazer ou esporte, na Penitenciária Mista	Executar 3 projetos de remição de pena pela leitura, cultura, lazer ou esporte, na Penitenciária Mista de Parnaíba, na	Pessoas privadas de liberdade em execução penal	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2026

Tipo Atividade	Título	Objetivo	Público Externo	Público Interno	Previsão de Realização
OUTRAS ATIVIDADES	de Parnaíba, na Penitenciária Feminina de Teresina e na Penitenciária Feminina de Picos -Atendimentos, encaminhamentos e acompanhamentos jurídicos, de Serviço Social e psicológicos às pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional, familiares e pessoas em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, em articulação com a CIAP/SEJUS e Escritório Social/SEJUS	Penitenciária Feminina de Teresina e na Penitenciária Feminina de Picos Realizar atendimentos, encaminhamentos e acompanhamentos, jurídicos, de Serviço Social e psicológicos às pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional, familiares e pessoas em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, em articulação com a CIAP/SEJUS e Escritório Social/SEJUS.	Pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional, familiares e pessoas em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras drogas	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2026
OUTRAS ATIVIDADES	-Capacitação continuada dos/as discentes para a atuação no projeto, que desenvolverão as atividades com supervisão de docente das áreas de Direito, Serviço Social e Psicologia	Capacitar de forma continuada os/as discentes para a atuação no projeto, que desenvolverão as atividades com supervisão de docente das áreas de Direito, Serviço Social e Psicologia	Estudantes e profissionais das instituições parceiras	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2026
OUTRAS ATIVIDADES	-Promoção de diálogos interinstitucionais com a rede parceira do projeto, com a preparação dos/as discentes para a atuação no projeto, acompanhamento das ações junto à rede parceria e produção de relatórios das atividades desenvolvidas	Promover diálogos interinstitucionais com a rede parceira do projeto, com a preparação dos/as discentes para a atuação no projeto, acompanhamento das ações junto à rede parceria e produção de relatórios das atividades desenvolvidas	Instituições parceiras	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2026
OUTRAS ATIVIDADES	-Oferta de balcão virtual de atendimento jurídico às pessoas privadas de liberdade e familiares, com incremento do acesso à justiça no âmbito da Penitenciária Mista de Parnaíba, da Penitenciária Feminina de Teresina e da Penitenciária Feminina de Picos, com o desenvolvimento de ações voltadas para a construção de uma concepção crítica das Ciências Criminais, notadamente a Execução Penal	Ofertar balcão virtual de atendimento jurídico às pessoas privadas de liberdade e familiares, com incremento do acesso à justiça no âmbito da Penitenciária Mista de Parnaíba, da Penitenciária Feminina de Teresina e da Penitenciária Feminina de Picos, com o desenvolvimento de ações voltadas para a construção de uma concepção crítica das Ciências Criminais, notadamente a Execução Penal. Pessoas privadas de liberdade na Penitenciária Mista de Parnaíba, da Penitenciária Feminina de Teresina e da Penitenciária Feminina de Picos e respectivos familiares	Pessoas privadas de liberdade na Penitenciária Mista de Parnaíba, da Penitenciária Feminina de Teresina e da Penitenciária Feminina de Picos e respectivos familiares	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2026

Tipo Atividade	Título	Objetivo	Público Externo	Público Interno	Previsão de Realização
OUTRAS ATIVIDADES	-Realização de atendimentos em diversas áreas (Medicina, Psicologia, Odontologia, etc.) a ser realizado pelo Instituto Federal do Piauí - IFPI (instituição parceira do projeto), voltados para pessoas privadas de liberdade e/ou egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica e familiares	Realizar atendimentos em diversas áreas (Medicina, Psicologia, Odontologia, etc.) a ser realizado pelo Instituto Federal do Piauí - IFPI (instituição parceira do projeto), voltados para pessoas privadas de liberdade e/ou egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica e familiares	Pessoas privadas de liberdade e/ou egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica e familiares	Docentes e estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2026
OUTRAS ATIVIDADES	-Atendimento individual e/ou grupal na área da Psicologia (grupos restaurativos, reflexivos e de apoio) e a realização de oficinas/ seminários, com as mulheres privadas de liberdade, pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional e em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras	Realizar atendimentos individuais e/ou grupais na área da Psicologia (grupos restaurativos, reflexivos e de apoio) a serem realizados pelo Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA) e a realização de oficinas/ seminários pela FIOCRUZ PIAUÍ e o Coletivo Mulheres em Pauta, com as mulheres privadas de liberdade e familiares, pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional e em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras drogas e familiares, considerando a transversalidade de classe, de raça e de gênero	Mulheres privadas de liberdade e familiares; docentes, discentes e profissionais das instituições parceiras	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2026
OUTRAS ATIVIDADES	- Orientação/supervisão/acompanhamento das atividades da Psicologia, voltadas para pessoas privadas de liberdade que se encontram na PENITENCIÁRIA MISTA DE PARNAÍBA, na PENITENCIÁRIA FEMININA DE TERESINA e na PENITENCIÁRIA DE PICOS, bem como pessoas egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica, e familiares.	Orientar, supervisionar e acompanhar as atividades da Psicologia, por meio do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA), voltadas para pessoas privadas de liberdade que se encontram na PENITENCIÁRIA MISTA DE PARNAÍBA, na PENITENCIÁRIA FEMININA DE TERESINA e na PENITENCIÁRIA DE PICOS, bem como pessoas egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica, e familiares.	Estudantes de Graduação e da Pós-Graduação das instituições parceiras	Estudantes de Graduação e de Pós-Graduação	2026

Tipo Atividade	Título	Objetivo	Público Externo	Público Interno	Previsão de Realização
OUTRAS ATIVIDADES	-Elaboração de Cartilhas e folderes sobre noções básicas sobre educação em direitos humanos	Elaborar Cartilhas e folderes sobre noções básicas sobre educação em direitos humanos	Profissionais do sistema de justiça e do sistema prisional, pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica, assim como de seus familiares, bem como a sociedade em geral	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2026
OUTRAS ATIVIDADES	-Encaminhamento e acompanhamento de processos de remição relativos às unidades prisionais beneficiárias do projeto	Encaminhar e acompanhar processos de remição relativos às unidades prisionais beneficiárias do projeto	Pessoas privadas de liberdade	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2026
OUTRAS ATIVIDADES	-Atendimento por meio de núcleo acadêmico multidisciplinar no campus Ministro Petrônio Portella em Teresina-PI, com apoio técnico à Defensoria Pública do Estado do Piauí, bem como apoio à Reintegração e proteção social de pessoas privadas de liberdade, em cumprimento de alternativas penais, egressas e familiares, com atendimento presencial e virtual	Realizar atendimentos por meio de núcleo acadêmico multidisciplinar no campus Ministro Petrônio Portella em Teresina-PI, com apoio técnico à Defensoria Pública do Estado do Piauí, bem como apoio à Reintegração e proteção social de pessoas privadas de liberdade, em cumprimento de alternativas penais, egressas e familiares, com atendimento presencial e virtual	Pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica, assim como de seus familiares	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2027
OUTRAS ATIVIDADES	-Prestação de atendimento em 03 unidades prisionais com mulheres privadas de liberdade no estado do Piauí, com atendimento jurídico, de Serviço Social e no âmbito da Psicologia, presencial e/ou virtual, na Penitenciária Mista de Parnaíba, na Penitenciária Feminina de Teresina e na Penitenciária Feminina de Picos.	Realizar atendimento jurídico, de Serviço Social e no âmbito da Psicologia, a pessoas privadas de liberdade no estado do Piauí, com foco nas mulheres privadas de liberdade, com atendimento jurídico, de Serviço Social e no âmbito da Psicologia, presencial e/ou virtual, na Penitenciária Mista de Parnaíba, na Penitenciária Feminina de Teresina e na Penitenciária Feminina de Picos	Pessoas privadas de liberdade e/ou egressas	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2027
OUTRAS ATIVIDADES	-Desenvolvimento de 3 projetos de remição de pena pela leitura, cultura, lazer ou esporte, na Penitenciária Mista de Parnaíba, na Penitenciária Feminina de Teresina e na Penitenciária Feminina de Picos	Executar 3 projetos de remição de pena pela leitura, cultura, lazer ou esporte, na Penitenciária Mista de Parnaíba, na Penitenciária Feminina de Teresina e na Penitenciária Feminina de Picos	Pessoas privadas de liberdade em execução penal	Estudantes de graduação e de pós-graduação	2027
OUTRAS ATIVIDADES	Realizar atendimentos, encaminhamentos e acompanhamentos, jurídicos, de Serviço Social e psicológicos às pessoas com passagem por	Realizar atendimentos, encaminhamentos e acompanhamentos, jurídicos, de Serviço Social e psicológicos às pessoas com passagem por	Pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2027

Tipo Atividade	Título	Objetivo	Público Externo	Público Interno	Previsão de Realização	
OUTRAS ATIVIDADES	audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional, familiares e pessoas em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, em articulação com a CIAP/SEJUS e Escritório Soci	audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional, familiares e pessoas em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, em articulação com a CIAP/SEJUS e Escritório Social/SEJUS	eletrônica, assim como de seus familiares			
OUTRAS ATIVIDADES	-Atendimentos, encaminhamentos e acompanhamentos jurídicos, de Serviço Social e psicológicos às pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional, familiares e pessoas em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, em articulação com a CIAP/SEJUS e Escritório Social/SEJUS	Realizar atendimentos, encaminhamentos e acompanhamentos, jurídicos, de Serviço Social e psicológicos às pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional, familiares e pessoas em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, em articulação com a CIAP/SEJUS e Escritório Social/SEJUS	Pessoas privadas de liberdade em execução penal	Pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional, familiares e pessoas em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras drogas	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2027
OUTRAS ATIVIDADES	-Efetivação de toda ação logística para o funcionamento do núcleo acadêmico de atendimento e acesso a direitos, que funcionará no Campus Ministro Petrônio Portella, em Teresina-PI	Efetivar toda ação logística para o funcionamento do núcleo acadêmico de atendimento e acesso a direitos, que funcionará no Campus Ministro Petrônio Portella, em Teresina-PI	Profissionais das instituições parceiras		Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2027
OUTRAS ATIVIDADES	-Promoção de diálogos interinstitucionais com a rede parceira do projeto, com a preparação dos/as discentes para a atuação no projeto, acompanhamento das ações junto à rede parceria e produção de relatórios das atividades desenvolvidas	Promover diálogos interinstitucionais com a rede parceira do projeto, com a preparação dos/as discentes para a atuação no projeto, acompanhamento das ações junto à rede parceria e produção de relatórios das atividades desenvolvidas	Instituições parceiras		Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2027
OUTRAS ATIVIDADES	-Oferta de cursos de capacitação profissional, a serem realizados pelo Instituto Federal do Piauí, conforme viabilidade, demanda e/ou interesse do público alvo, com carga horária de 40 horas, para pessoas privadas de liberdade, egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração	Ofertar cursos de capacitação profissional, a serem realizados pelo Instituto Federal do Piauí, conforme viabilidade, demanda e/ou interesse do	Pessoas privadas de liberdade, egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica; assim como de seus familiares		Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2027

Tipo Atividade	Título	Objetivo	Público Externo	Público Interno	Previsão de Realização
OUTRAS ATIVIDADES	<p>eletrônica; assim como de seus familiares</p> <p>-Realização de atendimentos em diversas áreas (Medicina, Psicologia, Odontologia, etc.) a ser realizado pelo Instituto Federal do Piauí - IFPI (instituição parceira do projeto), voltados para pessoas privadas de liberdade e/ou egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica e familiares</p>	<p>público alvo, com carga horária de 40 horas, para pessoas privadas de liberdade, egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência</p> <p>Ofertar balcão virtual de atendimento jurídico às pessoas privadas de liberdade e familiares, com incremento do acesso à justiça no âmbito da Penitenciária Mista de Parnaíba, da Penitenciária Feminina de Teresina e da Penitenciária Feminina de Picos, com o desenvolvimento de ações voltadas para a construção de uma concepção crítica das Ciências Criminais, notadamente a Execução Penal.</p> <p>Realizar atendimentos individuais e/ou grupais na área da Psicologia (grupos restaurativos, reflexivos e de apoio) a serem realizados pelo Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA) e a realização de oficinas/ seminários pela FIOCRUZ PIAUÍ e o Coletivo Mulheres em Pauta, com as mulheres privadas de liberdade e familiares, pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional e em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras</p>	<p>Realizar atendimentos em diversas áreas (Medicina, Psicologia, Odontologia, etc.) a ser realizado pelo Instituto Federal do Piauí - IFPI (instituição parceira do projeto), voltados para pessoas privadas de liberdade e/ou egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica e familiares</p>	<p>Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação</p>	2027
OUTRAS ATIVIDADES	<p>-Atendimento individual e/ou grupal na área da Psicologia (grupos restaurativos, reflexivos e de apoio) e a realização de oficinas/ seminários, com as mulheres privadas de liberdade, pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional e em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras</p>	<p>Realizar atendimentos individuais e/ou grupais na área da Psicologia (grupos restaurativos, reflexivos e de apoio) a serem realizados pelo Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA) e a realização de oficinas/ seminários pela FIOCRUZ PIAUÍ e o Coletivo Mulheres em Pauta, com as mulheres privadas de liberdade e familiares, pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional e em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras drogas e familiares, considerando a transversalidade de classe, de raça e de gênero</p>	<p>Mulheres privadas de liberdade e familiares; docentes, discentes e profissionais das instituições parceiras</p>	<p>Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação</p>	2027
OUTRAS ATIVIDADES	<p>-- Orientação/supervisão/acompanhamento das atividades da Psicologia, voltadas para pessoas privadas de liberdade que se encontram na PENITENCIÁRIA MISTA DE PARNAÍBA, na PENITENCIÁRIA FEMININA DE TERESINA e na PENITENCIÁRIA DE PICOS, bem como pessoas egressas do sistema prisional, em</p>	<p>Orientar, supervisionar e acompanhar as atividades da Psicologia, por meio do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA), voltadas para pessoas privadas de liberdade que se encontram na PENITENCIÁRIA MISTA DE PARNAÍBA, na PENITENCIÁRIA FEMININA DE TERESINA e na PENITENCIÁRIA DE</p>	<p>Profissionais do sistema de justiça e de segurança pública, docentes, discentes e familiares de pessoas privadas de liberdade</p>	<p>de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação</p>	2027

Tipo Atividade	Título	Objetivo	Público Externo	Público Interno	Previsão de Realização
OUTRAS ATIVIDADES	cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica, e familiares. -Encaminhamento e acompanhamento de processos de remição relativos às unidades prisionais beneficiárias do projeto	PICOS, bem como pessoas egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica, e familiares. Encaminhar e acompanhar processos de remição relativos às unidades prisionais beneficiárias do projeto	Pessoas privadas de liberdade	Estudantes de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação	2027

AÇÃO DA QUAL O PROJETO FAZ PARTE**RECEITAS**

Descrição	Executor Financeiro	Valor Unitário	Quant. Vagas Gratuitas	Quant. Vagas Pagas	Valor Total
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS					
Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN)/ Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), nos termos do Edital de chamamento público do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP (SEI/MJ ? 29997237) - Edital N.º 30/2025 - PROCESSO Nº 08016.014306/2024-61.	FUNDAÇÃO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO, EXTENÃO E INOVAÇÃO (FADEX)	R\$ 1.000.000,00	-	-	R\$ 1.000.000,00
Total:					R\$ 1.000.000,00
Não há itens de despesas cadastrados					

DESPESAS

Descrição	Valor Unitário	Quant.	Valor Total
PASSAGENS			
Total dos recursos relativos ao pagamento de passagens	R\$ 25.128,50	1	R\$ 25.128,50
EQUIP. MATERIAL PERMANENTE			
Total dos recursos relativos a aquisição de equipamento e material permanente	R\$ 36.200,00	1	R\$ 36.200,00
PESSOA FÍSICA			
Total dos recursos relativos ao pagamento de Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 16.666,67	1	R\$ 16.666,67
OUTROS			
Total dos recursos relativos a auxílio financeiro a estudantes	R\$ 207.200,00	1	R\$ 207.200,00
Total dos recursos relativos a auxílio financeiro a pesquisadores	R\$ 453.600,00	1	R\$ 453.600,00
Total dos recursos relativos a obrigações	R\$ 3.333,33	1	R\$ 3.333,33

Descrição	Valor Unitário	Quant.	Valor Total
tributárias e contributivas			
MATERIAL DE CONSUMO			
Total dos recursos relativos a aquisição de material de consumo	R\$ 11.007,46	1	R\$ 11.007,46
DIÁRIAS			
Total dos recursos relativos ao pagamento de diárias	R\$ 51.835,04	1	R\$ 51.835,04
PESSOA JURÍDICA			
Total dos recursos relativos ao pagamento de Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 195.029,00	1	R\$ 195.029,00
Total:			R\$ 1.000.000,00

ARQUIVOS

Descrição Arquivo	Tipo Comprovante	
Cópia do projeto	OUTROS	
Declaração de anuência - Defensoria Pública do Estado do Piauí (DPE-PI)	CARTA DE ANUÊNCIA DA DIREÇÃO ADMINISTRATIVA DO LOCAL DAS ATIVIDADES	
Declaração de anuência / parceria - Instituto Federal do Piauí (IFPI)	PARCERIAS	
Declaração de anuência / parceria - Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA)	PARCERIAS	
Declaração de anuência / parceria - Secretaria Estadual de Justiça (SEJUS)/ CIAP	PARCERIAS	
Declaração de anuência/parceria - Secretaria Estadual de Justiça (SEJUS)/Escritório Social	PARCERIAS	
Declaração de anuência / parceria - Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ-PI)	PARCERIAS	
Declaração de anuência / parceria - Coletivo Mulheres em Pauta	PARCERIAS	
Declaração de anuência - Defensoria Pública do Estado do Piauí (DPE-PI)	PARCERIAS	
ata camex.pdf	RESOLUCAO DO CEPEX	

UNIDADE RESPONSÁVEL PELA AUTORIZAÇÃO DA PROPOSTA

Autorização	Tipo	Data/Hora Análise	Data da Reunião	Autorizado
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL/CCHL	REUNIÃO ORDINÁRIA	30/07/2025 22:00:25	30/07/25	SIM

CENTRO RESPONSÁVEL

	Data/Hora da Notificação
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS E LETRAS	30/07/2025 22:00:25

COORDENADORIA RESPONSÁVEL PELO CADASTRO DA PROPOSTA

Coordenadoria	Parecer	Data/Hora	Justificativa
CPPEC	NÃO POSSUI PARECER	31/07/2025	PREZADA COORDENADORA, AJUSTAR A CARGA HORÁRIA SEMANAL DOCENTE PARA O MÁXIMO DE 4 HORAS DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CEPEX Nº085/18.
CPPEC	FAVORÁVEL À APROVAÇÃO	01/08/2025	PREZADA COORDENADORA, A PROPOSTA ESTÁ CONDIZENTE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. ENCAMINHO À CAMEX PARA APRECIÇÃO.
CPPEC	FAVORÁVEL À APROVAÇÃO	11/09/2025	A PROPOSTA ESTÁ CONDIZENTE COM A RESOLUÇÃO VIGENTE.
CPPEC	FAVORÁVEL À APROVAÇÃO	11/09/2025	

PARECER CAMEX

Não possui parecer.

ALTERAÇÕES REALIZADAS PELO COORDENADOR DA AÇÃO

Especificações	Data/Hora
AJUSTE NO TÍTULO DO PROJETO.	30/07/2025
FORAM REALIZADOS OS AJUSTES EM RELAÇÃO À CARGA HORÁRIA, CONFORME SOLICITADO.	31/07/2025

SOLICITAÇÕES DE RECONSIDERAÇÃO DO COORDENADOR DA AÇÃO

Justificativa	Data/Hora
---------------	-----------

HISTÓRICO DO PROJETO

Data/Hora	Situação	Usuário Alteração
25/06/2025 00:23:44	PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	ROSILENE MARQUES SOBRINHO DE FRANÇA
30/07/2025 21:51:49	AGUARDANDO APROVAÇÃO DA UNIDADE IMEDIATA	ROSILENE MARQUES SOBRINHO DE FRANÇA
30/07/2025 21:54:42	PROPOSTA DEVOLVIDA PARA COORDENADOR	ROSILENE MARQUES SOBRINHO DE FRANÇA
30/07/2025 21:59:13	AGUARDANDO APROVAÇÃO DA UNIDADE IMEDIATA	ROSILENE MARQUES SOBRINHO DE FRANÇA
30/07/2025 22:00:26	AGUARDANDO APROVAÇÃO DA COORDENADORIA	ROSILENE MARQUES SOBRINHO DE FRANÇA
31/07/2025 09:17:34	DEVOLVIDO PARA COORDENADOR FAZER AJUSTES	DANIEL LOUCANA DA COSTA ARAUJO
31/07/2025 17:26:15	COORDENADOR EDITOU E DEVOLVEU PARA ANÁLISE DA COORDENADORIA	ROSILENE MARQUES SOBRINHO DE FRANÇA
01/08/2025 14:53:43	AGUARDANDO RESOLUÇÃO CEPEX	DANIEL LOUCANA DA COSTA ARAUJO
08/08/2025 11:28:39	AGUARDANDO PARECER CAMEX	RAMONA CLEYS ALMEIDA DE PAULA
08/08/2025 11:34:36	AGUARDANDO AVALIAÇÃO	RAMONA CLEYS ALMEIDA DE PAULA
08/08/2025 11:37:39	AGUARDANDO PARECER CAMEX	RAMONA CLEYS ALMEIDA DE PAULA
08/09/2025 11:09:58	AGUARDANDO APROVAÇÃO DA COORDENADORIA	RAMONA CLEYS ALMEIDA DE PAULA
09/09/2025 09:26:31	AGUARDANDO PARECER CAMEX	RAMONA CLEYS ALMEIDA DE PAULA
11/09/2025 10:46:33	AGUARDANDO APROVAÇÃO DA COORDENADORIA	WALESKA FERREIRA DE ALBUQUERQUE
11/09/2025 11:59:28	AGUARDANDO RESOLUÇÃO CEPEX	DANIEL LOUCANA DA COSTA ARAUJO
11/09/2025 12:01:20	AGUARDANDO APROVAÇÃO DA COORDENADORIA	DANIEL LOUCANA DA COSTA ARAUJO
11/09/2025 12:06:51	AÇÃO CADASTRADA	DANIEL LOUCANA DA COSTA ARAUJO